

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2021

Interessada: Departamento de Recursos Humanos

Servidora: Maria Clara Amaral Silveira

Objeto: Abandono de cargo

EMENTA: DENÚNCIA DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ABANDONO DE CARGO. COMPROVADA A FALTA. DEMISSÃO. APLICAÇÃO DO ART. 165, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015.

Relatório

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em decorrência de denúncia apresentada pelo Departamento de Recursos Humanos, informando que a servidora, **Maria Clara Amaral Silveira**, ocupante do cargo de médica, com posse e exercício em 19/07/2016, por meio do Termo de Posse e Exercício nº. 529/2016 (f. 07).

O Departamento de Recursos Humanos informou em 20/08/2021, por meio do Ofício nº. 86/2021, que a servidora encontrava-se faltosa por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, em razão da informação encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº. 1.501/2021 - SEMS (fls. 03/04/).

Acostou-se ao procedimento a Portaria nº. 337/2016, por meio da qual foi nomeada a servidora, bem como cópia dos seus documentos pessoais (fls. 05/06).

Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria/CM nº. 43, de 31 de agosto de 2021, tendo sido promovida a citação da processada via edital de notificação, com publicação no mural do átrio da administração municipal e no Diário Oficial da AMM de 06/09/2021 (fls. 17/18).



Publicou-se novo edital para citação da servidora para apresentação de defesa prévia, no mural e no Diário Oficial da AMM, edição do dia 04/10/2021 (fls. 25/26).

Transcorrido o prazo legal, sem manifestação (f. 26v), foi decretada a revelia da processada e nomeado defensor dativo na pessoa do Dr. Magnus Leite Botelho (f. 27), intimado em 25/10/2021.

A processada, por seu defensor, apresentou defesa prévia tempestiva, em 28 de outubro de 2021, na qual manifestou pelo contato pessoal com a servidora, juntada de livro de ponto ou controle de frequência e oitiva de testemunhas (fls. 30/32).

O Presidente da Comissão Processante solicitou da Secretaria Municipal de Saúde que encaminhasse cópia do livro de ponto da servidora referente ao período de 01/01 a 01/11/2021 (f. 33).

A Secretaria Municipal de Saúde encaminhou resposta em 16/11/2021, informando que a servidora não registrava frequência em livro de ponto, mas apenas Boletim de Produção Ambulatorial e que a servidora solicitou férias em abril de 2021, não tendo sido assinado o boletim referente a esse mês.

Verifica-se dos boletins acostados às fls. 36/39, que a servidora registrou atendimentos nos seguintes dias: 22 e 27/01/2021; 05, 12, 19 e 26/02/2021; 05, 12, 26 e 30/03/2021; e 06 e 09/04/2021 (sem assinatura da servidora)

Acostou-se aos autos informação das férias da servidora, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 12/04 a 26/05/2021 (fls. 40/41).

A Comissão Processante acostou o relatório final no qual se decidiu que em razão do cometimento de falta grave, com violação aos art. 154, I, II, c/c o art. 170, II, 178 e 195, da Lei Complementar nº. 23/2015, pela **DEMISSÃO** da servidora por inassiduidade habitual e abandono de cargo (fls. 67/71).

É o relatório.

Fundamentação



A falta imputada à servidora encontra-se prevista na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

[...]

II - manter assiduidade e pontualidade ao serviço;

[...]

Art. 170. A demissão e a rescisão contratual serão aplicadas nos seguintes casos:

[...]

II - abandono de cargo ou função;

[...]

Art. 177. Considera-se desidiosa a conduta reveladora de negligência no desempenho das atribuições e a transgressão habitual dos deveres de assiduidade e pontualidade.

Art. 178 - Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados em cada ano.

Parágrafo único - O processo disciplinar administrativo instaurado pela Corregedoria Municipal para a apuração do abandono de cargo, no qual serão assegurados a ampla defesa e o contraditório, será sempre precedido da publicação de edital de convocação do servidor para comparecer ao órgão em que estiver lotado, na imprensa oficial do Estado ou do Município, se criada e, ainda, no local de publicação de atos oficiais no edifício sede do órgão respectivo.

O que se apura dos autos, demonstra que após o encerramento do período de férias regulamentares concedido à servidora, a mesma não retornou às suas atividades, conforme consta das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelos boletins e atendimento acostados, por meio do qual se verifica que a servidora, assinou apenas os atendimentos realizados de janeiro a março/2021, restando sem assinatura os dois dias constantes no apontamento durante o mês de abril/2021.

Solicitado ao Departamento de Recursos Humanos, foram informados os valores pagos à servidora no período de 01/01/2021 a 01/11/2021, o que foi atendido com o esclarecimento de que no pagamento referente ao mês de junho constaram 16 (dezesseis) faltas (fls. 50/51).

Verifica-se, no entanto, que a servidora encontrou-se faltosa desde o dia 27/05/2021, não tendo sido anotadas tais faltas no período de referência, o que deverá ser levantado para fins de ressarcimento.



Considerando que foi oportunizada a manifestação da servidora, conforme consta das publicações de edital por duas oportunidades, sendo-lhe garantida a ampla defesa, por meio de defensor dativo nomeado, que se manifestou pelo contato com a servidora, acostamento de frequência e oitiva de testemunhas.

Considerando a natureza do rito sumário, foi apenas solicitada a frequência da servidora, por meio da qual se verifica que não era cumprida sequer a carga horária regular, posto que era ocupante do cargo de médica de PSF, cuja carga horária é de 40h semanais.

Restou comprovado, portanto, o abandono de cargo por parte da servidora, posto que não retornou às suas atividades a partir do dia 26 de maio de 2021, fazendo-se necessário ainda que se proceda ao levantamento dos valores que lhe foram pagos, em detrimento da carga horária efetivamente cumprida, a fim de se verificar a possibilidade de ressarcimento ao erários de valores possivelmente recebidos de forma indevida, o que deverá se promover por via judicial.

Conclusão

Por todo o exposto, observada a documentação acostada e a defesa apresentada, verifica-se a prática de falta grave pela servidora processada, posto que tanto a Secretaria Municipal de Saúde, na qual era vinculada, bem como o Departamento de Recursos Humanos informaram e comprovaram que a servidora não houvera retornado às atividades, em 27 de maio de 2021, nem mesmo se comprovou a sua frequência regular, caracterizando a conduta desidiosa e o abandono de cargo, conforme preveem os artigos 177 e 178 da Lei Complementar nº. 23/2015, razão pela qual decido pela **DEMISSÃO** da servidora **MARIA CLARA AMARAL SILVEIRA**, ocupante do cargo de médica, matrícula 15.713, pelo abandono de cargo, nos termos do art. 165, III, c/c art. 170, II do mesmo diploma legal.

Observado o que prescreve o art. 179, I, do Estatuto dos Servidores Municipal, deverá ser encaminhada cópia desta decisão ao Prefeito Municipal, para fins de expedição de Portaria para aplicação da pena de demissão imposta à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros n° 243 - Centro - CEP 39.300-000

servidora, bem como para declaração da vacância do respectivo cargo, nos termos do art. 49, II, do Estatuto.

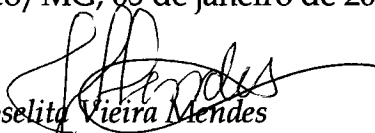
Deverá ainda ser encaminhada cópia integral do procedimento, via *email*, à Procuradoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda à apuração do valor e ajuizamento de procedimento para ressarcimento ao erário em face da servidora.

PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIMEM-SE a servidora e seu advogado, com cópia da decisão.

INTIMEM-SE o Departamento de Recursos Humanos e a Secretaria Municipal de Saúde, com cópia da decisão.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 05 de janeiro de 2021.


Joselita Vieira Mendes
Corregedora Municipal